

## ANEXO II

## PLANILHA ORIENTATIVA DE ENCARGOS SOCIAIS

DISCRIMINAÇÃO DOS ENCARGOS SOCIAIS	PERCENTUAL (%)	
	Empresas Optantes do Simples Nacional	Demais Empresas
<b>MÓDULO "A" - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.</b>		
01 - INSS (Art. 22, I, Lei 8.212/91)	20,00	20,00
02 - Sesi OU Sesc (Art. 30, Lei 8.036/90)	0,00	1,50
03 - SENAI OU SENAC (Decreto 2.318/86)	0,00	1,00
04 - INCRA (Arts. 1º e 2º, DL nº 1.146/70)	0,00	0,20
05 - SALÁRIO EDUCAÇÃO (Art. 15, Lei nº 9.424/96 e Art. 1º, § 1º, Decreto 6.003/06)	0,00	2,50
06 - FGTS (Art. 15, Lei 8.030/90)	8,00	8,00
07 - RISCOS AMBIENTAIS DO TRABALHO (RAT) (Art. 22, II, Lei nº 8.212/91 e Anexo V, Decreto 6.957/09) x FATOR ACIDENTÁRIO DE PREVENÇÃO (FAP) (Decreto 6.957/09)	0,50 A 6,00	0,50 A 6,00
08 - SEBRAE (Lei 8.029/90)	0,00	0,60
<b>TOTAL DO MÓDULO "A"</b>	<b>28,50 A 34,00</b>	<b>34,30 A 39,80</b>
<b>MÓDULO "B" - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários</b>		
09 - FÉRIAS + 1/3 Constitucional (Art. 130, I, CLT e 7º, XVII, CF/88)	11,11	11,11
10 - 13º SALÁRIO (Art. 7º, VIII, CF)	8,33	8,33
<b>SUBTOTAL DO MÓDULO "B"</b>	<b>19,44</b>	<b>19,44</b>
11 - Incidência dos encargos do módulo "A" sobre o SUBTOTAL DO MÓDULO "B"	5,54 A 6,61	6,67 A 7,74
<b>TOTAL DO MÓDULO "B"</b>	<b>24,98 A 26,05</b>	<b>26,11 A 27,18</b>
<b>MÓDULO "C" - Provisão para Rescisão</b>		
12 - AVISO PRÉVIO INDENIZADO (Art. 487, § 1º CLT)	0,42	0,42
13 - Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,03	0,03
14 - Multa do FGTS relativa ao Aviso Prévio Indenizado	0,01	0,01
15 - AVISO PRÉVIO TRABALHADO (Art. 488, CLT)	1,94	1,94
16 - Incidência dos encargos do módulo "A" sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,55 A 0,66	0,67 A 0,77
17 - Multa do FGTS referente à demissão sem justa causa	3,20	3,20
<b>TOTAL DO MÓDULO "C"</b>	<b>6,15 A 6,26</b>	<b>6,27 A 6,37</b>
<b>MÓDULO "D" - Custo de Reposição do Profissional Ausente</b>		
18 - FÉRIAS E 13º SALÁRIO DO PROFISSIONAL SUBSTITUTO	0,19	0,19
19 - AUXÍLIO DOENÇA (art. 131, III, CLT)	1,39	1,39
20 - AUSÊNCIAS LEGAIS (art. 473, CLT)	0,28	0,28
21 - LICENÇA PATERNIDADE (art. 7º, XIX, CF)	0,02	0,02
22 - AUSÊNCIA POR ACIDENTE DE TRABALHO (art. 131, CLT c/c art. 27, Decreto nº 89.312/1984)	0,08	0,08
23 - AFASTAMENTO MATERNIDADE	0,29	0,29
<b>TOTAL MÓDULO "D"</b>	<b>2,25</b>	<b>2,25</b>
<b>MÓDULO "E"</b>		

24 - Incidência dos encargos do módulo "A" sobre o TOTAL DO MÓDULO "D"	0,64 A 0,77	0,77 A 0,90
<b>TOTAL MÓDULO "E"</b>	0,64 A 0,77	0,77 A 0,90
<b>TOTAL GERAL DOS ENCARGOS SOCIAIS</b>	<b>62,52 A 69,33</b>	<b>69,70 A 76,50</b>

7 - RAT x FAP, onde RAT = 1%, 2% ou 3%, conforme Anexo V do Decreto 6.957/09 e FAP varia de 0,5000 a 2,000, considerando critério de arredondamento na quarta casa decimal, conforme art. 202-A, § 1º do Decreto 6.957/09
12 - Refere-se às dispensas sem justa causa, porventura ocorridas no curso do Contrato, com a concessão ou não do Aviso Prévio. O citado percentual foi definido com base em estudo elaborado pelo Supremo Tribunal Federal, o qual considerou que: i) 5% do pessoal é demitido pelo empregador sem a concessão do AP, sendo-lhes devido o pagamento do período respectivo $((1/12 \times 0,05) \times 100 = 0,42\%)$ .
15 - Corresponde à redução de 7 (sete) dias ou 2 (duas) horas/dia, devendo ser cotado obrigatoriamente o percentual de 1,94%. O percentual passará a ser de 0,194% após a primeira vigência de 12 (doze) meses e a cada 12 (doze) meses de contrato.
17 - Percentual mínimo (3,2%) a ser aplicado sobre o valor da remuneração mensal
18 - $((1/12 \times 1,3333) + (1/12))$ - considerando a provisão de 1/12 de férias acrescido de 1/3 mais 1/12 de 13º salário
19 - $(5:30:12 \times 100)$ - considerando uma estimativa de 5 dias de licença saúde por ano
20 - $(1:30:12 \times 100)$ - considerando que cada empregado usufrua de 1 dia de licença por ano
21 - $(5:30:12) \times 0,015 \times 100$ - considerando uma estimativa de 1,5% dos empregados usufruindo 5 (cinco) dias de licença por ano
22 - $(1:12 \times 0,01 \times 100)$ - considerando 1% dos empregados usufruindo de 30 dias de licença por ano
23 - considerado percentual divulgado no Manual de orientação para preenchimento do modelo de planilhas de composição de custos e formação de preços no caso de contratações de serviços que envolvam mão de obra em regime de dedicação exclusiva no âmbito do Superior Tribunal de Justiça.

#### OBSERVAÇÕES:

- 1) Os percentuais dos encargos descritos no Módulo "A" são de caráter obrigatório, vez que decorrentes de determinação legal, sendo aceita variação somente quanto ao percentual dos Riscos Ambientais do Trabalho (RAT), que varia de acordo com a atividade principal desempenhada por cada empresa, observando-se seu código CNAE (Anexo V do Decreto 6.957/2009).
- 2) O licitante deve cotar o percentual relativo ao RAT, de acordo com o Anexo V do Decreto 6.957/2009, sendo 1% para empresas de risco leve, 2% para empresas de risco médio e 3% para empresas de risco grave. Entretanto, as alíquotas poderão ser reduzidas em até 50% ou majoradas em até 100%, em razão do desempenho da empresa em relação à sua respectiva atividade, por meio da aplicação do Fator Acidentário de Prevenção (FAP). Portanto, o licitante deve cotar, também, o valor relativo ao FAP. A comprovação do FAP será realizada quando do envio da proposta, por meio da apresentação da GFIP atualizada ou de outro documento apto a evidenciá-lo.
- 3) A planilha acima é um modelo orientativo, ficando a cargo do licitante a inclusão de outras obrigações sociais pertinentes aos serviços, ou a exclusão de obrigações sociais não aplicáveis.
- 4) Caso haja necessidade de utilizar outro item, o mesmo deverá ser especificado detalhadamente.

**ANEXO IV**
**MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS COM A INICIATIVA PRIVADA E/OU COM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

Declaramos que a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ (MF) nº \_\_\_\_\_, inscrição estadual nº \_\_\_\_\_, estabelecida no \_\_\_\_\_, possui os seguintes contratos firmados com a iniciativa privada e com Administração Pública:

<b>RELAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS COM A INICIATIVA PRIVADA E/OU ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA VIGENTES NA DATA DA SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA DO PREGÃO <sup>(1)(2)(3)</sup></b>								
Nome do Órgão/Empresa	CNPJ	Nº/Ano do Contrato	Data de assinatura	Prazo de vigência contratual		Período de vigência atual	Valor Mensal (R\$)	Valor Anual (4) (R\$)
				Prazo inicial de vigência (sem as prorrogações)	Vigência contratual prorrogável? (marcar/completar, conforme o caso)			
			___/___/___	___ meses	( ) SIM, a cada ___ meses, até o limite de ___ meses. ( ) NÃO.	De ___/___/___ a ___/___/___		
			___/___/___	___ meses	( ) SIM, a cada ___ meses, até o limite de ___ meses. ( ) NÃO.	De ___/___/___ a ___/___/___		
			___/___/___	___ meses	( ) SIM, a cada ___ meses, até o limite de ___ meses. ( ) NÃO.	De ___/___/___ a ___/___/___		
<b>VALOR TOTAL DOS CONTRATOS (Somatório da Coluna “Valor Anual”)</b>								

- (1) O licitante deverá informar todos os contratos firmados (matriz e filial(is), se houver) com a iniciativa privada/Administração Pública vigentes na data da sessão pública de abertura do Pregão.
- (2) O Pregoeiro poderá fazer diligência para efeito de comprovação da veracidade das informações prestadas pelo licitante quanto aos contratos vigentes na data da sessão pública de abertura do Pregão, inclusive no que diz respeito à constatação da existência dos contratos informados e à verificação de possível omissão de algum contrato. Para tanto, dentre outras providências, o Pregoeiro poderá solicitar que o licitante apresente cópia(s) do(s)

RESERVADO desde 10/03/2026 para: Central de Aquisições e Contratações e Ambiente de Serviços de Logística e Contratos Administrativos

contrato(s)/aditivo(s) informados ou de outro(s) documento(s) que considerar necessário(s) para a comprovação pretendida, fixando prazo para o envio da documentação.

- (3) A omissão de qualquer contrato vigente na data da sessão pública de abertura do Pregão, o não envio da documentação solicitada pelo Pregoeiro dentro do prazo definido, bem como a prestação de qualquer informação cuja veracidade não seja comprovada implicará na inabilitação do licitante, ficando o licitante também sujeito às sanções previstas no Edital.
- (4) O licitante deverá informar o valor remanescente do contrato, excluindo o já executado (valor mensal do contrato x quantidade de meses remanescentes).

***[Local e data]***

---

***[Representante Legal da Empresa]  
[Cargo/Função]***

**ANEXO V****MODELO DE JUSTIFICATIVA PARA VARIAÇÃO ENTRE O VALOR TOTAL DE CONTRATOS  
FIRMADOS E A RECEITA BRUTA**

1. **Cálculo demonstrativo da variação percentual do valor total constante na Declaração de contratos firmados com a iniciativa privada e com a administração pública em relação à receita bruta.**

$$\frac{(\text{Valor da receita bruta} - \text{Valor total dos contratos}) \times 100}{\text{Valor da receita bruta}} =$$

2. **Justificativa para a divergência percentual superior ou inferior a 10% (dez por cento)**

[Incluir justificativa]

### 3. Relação de Contratos<sup>(1)</sup>

<b>RELAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS COM A INICIATIVA PRIVADA E/OU ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA VIGENTES NO ANO AO QUAL SE REFERE A DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO (DRE)<sup>(2)(3)(4)</sup></b>							
Nome do Órgão/Empresa	CNPJ	Nº/Ano do Contrato	Data de assinatura	Prazo de vigência contratual		Período durante o qual o contrato esteve em vigor (incluindo as prorrogações)	Valor Total <sup>(5)(6)</sup> (correspondente apenas ao período em que o Contrato esteve vigente no ano ao qual se refere a DRE) (R\$)
				Prazo inicial de vigência (sem as prorrogações)	Vigência contratual prorrogável? (marcar/completar, conforme o caso)		
			___/___/___	___ meses	( ) SIM, a cada ___ meses, até o limite de ___ meses. ( ) NÃO.	De ___/___/___ a ___/___/___	
			___/___/___	___ meses	( ) SIM, a cada ___ meses, até o limite de ___ meses. ( ) NÃO.	De ___/___/___ a ___/___/___	
			___/___/___	___ meses	( ) SIM, a cada ___ meses, até o limite de ___ meses. ( ) NÃO.	De ___/___/___ a ___/___/___	
<b>VALOR TOTAL DOS CONTRATOS (Somatório da Coluna “Valor Total”)</b>							

(1) O envio da relação de contratos, juntamente com a justificativa a ser inserida no item 2 deste Anexo, é obrigatório (subitem 13.28.3.1 do Edital).

(2) O licitante deverá informar todos os contratos firmados (matriz e filial(is), se houver) com a iniciativa privada/Administração Pública que estiveram em vigor por, pelo menos, 1 (um) mês no ano ao qual se refere a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada na fase de habilitação.

- (3) O Pregoeiro poderá fazer diligência para efeito de comprovação da veracidade das informações prestadas pelo licitante quanto aos contratos vigentes no ano ao qual se refere a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada na fase de habilitação, inclusive no que diz respeito à constatação da existência dos contratos informados e à verificação de possível omissão de algum contrato. Para tanto, dentre outras providências que sejam necessárias, o Pregoeiro poderá solicitar que o licitante apresente cópia(s) do(s) contrato(s)/aditivo(s) informados ou de outro(s) documento(s) que considerar necessário(s) para a comprovação pretendida, fixando prazo para o envio da documentação.
- (4) A omissão de qualquer contrato vigente no ano ao qual se refere a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada na fase de habilitação, o não envio da documentação solicitada pelo Pregoeiro dentro do prazo definido, bem como a prestação de qualquer informação cuja veracidade não seja comprovada implicará na inabilitação do licitante, ficando o licitante também sujeito às sanções previstas no Edital.
- (5) Deverá ser informado o Valor Total do Contrato correspondente apenas ao ano ao qual se refere a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada na fase de habilitação.
- (6) Caso o contrato tenha sido encerrado durante o ano ao qual se refere a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada na fase de habilitação, deverá ser informado o Valor Total correspondente apenas aos meses em que o contrato esteve vigente naquele ano.

***[Local e data]***

---

***[Representante Legal da Empresa]  
[Cargo/Função]***